



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL / UFV

Av. P.H Rolfs s/n.º - Campus Universitário - Centro de Vivência - 3.º Andar
Viçosa - Minas Gerais - Fone: (31)38992110 Fax: 3899-2144 e-mail: prj@ufv.br

UFV
Nº 004334/2019
245 / 1

Ao Serviço de Material

UFV – Campus Florestal:

Encaminhou-se o presente processo para análise e parecer quanto à impugnação do edital do pregão eletrônico nº 66/2019.

Em apertada síntese, alega a impugnante que o item 5.13 do mencionado edital seria ilegal, comprometendo ou restringindo o caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer processo licitatório.

Com o devido respeito, discordamos da argumentação posta.

Conforme destacado pelo Serviço Financeiro da UFV/CEDAF, quanto a questão tributária, “as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, quando contratadas para prestar serviço que enquadram nas atividades contidas no art. 18, §5º-C da Lei Complementar 123/2006, são tributadas segunda a legislação prevista para os demais contribuintes, não havendo portanto o benefício desse regime de tributação”.

Desta forma, cumpre destacar que o item 5.13 não impede a participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte no pregão eletrônico, mas apenas ressalta a vedação legal de se valerem do benefício tributário por estarem sob regime de tributação do SIMPLES NACIONAL. Leia-se:

“5.13 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de

obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006”.

Assim, entendemos que não há que se falar em comprometimento da competitividade do processo licitatório. Pelo contrário, em caso de descumprimento da legislação pertinente, a permissão do benefício tributário em questão se caracterizaria como vantagem ilegal em comparação às demais empresas.

Viçosa, 16 de julho de 2019


AFONSO SÉRGIO CORREA DE FARIA
Procurador Federal – Matrícula 0429493
OAB 21972